

Senado prepara efetivação

3 0 NOV 1985

JORNAL DO BRASIL

de 800 sem concurso

Brasília — Foto de Luciano Andrade

Roberto Fernandes

Brasília — Vagões do “trem da alegria” no Senado Federal, lotados por pouco mais de 800 funcionários, poderão iniciar uma viagem rumo à legalização de todos se na próxima semana, como previsto, os senadores aprovarem o projeto de resolução 149 e 150, lidos em plenário anteontem. Os projetos efetivam, sem prestação de concurso público, mais de 800 funcionários contratados nos últimos anos como comissionados, prestadores de serviço ou **recibistas** como são conhecidos.

Entre eles, cerca de 150 secretários parlamentares, em cargos de confiança não vinculados ao quadro permanente de funcionários efetivos da Casa. O presidente do Senado, José Fragelli (PMDB), procurado pelo JORNAL DO BRASIL em seu gabinete, pediu:

“Por favor me ajudem a descobrir se o projeto tem irregularidades. Eu conheço muito pouco desse tipo de legislação e, por isso, pedi que distribuísem cópias do projeto à imprensa e a cada Senador, pois meu desejo é moralizar essa situação”.

Situação irregular

Para que isso aconteça, entre as emendas que podem ser apresentadas até a terça-feira uma terá que tratar das horas extras para os detentores de cargos na categoria Direção e Assessoramento Superior (DAS). Pelo atual regulamento, esses funcionários — pouco mais de 20 pessoas em cargos de direção — não podem receber horas extras. Nos projetos 149 e 150 não consta tal proibição. Na página 14 de outro projeto, o de número 150, que aprova o “regulamento de pessoal”, outro destaque no item “da gratificação pela prestação de serviço extraordinário”.

Diz o artigo 170, contrariando uma norma válida para o funcionalismo público em geral: “O valor de cada hora de trabalho será acrescido de 20% da hora normal de trabalho”. Ressalta-se que, hoje, os mais de três mil funcionários do Senado recebem, trabalhando ou não, 120 horas extras por mês.

Não apenas o senador Fragelli desconhece as nuances dos dois projetos que, em seu bojo, carregam a proposta de sanear, modernizar e moralizar a administração do Senado Federal. Os senadores Mário Maia (PMDB-AC) e Marcondes Gadelha (PFL-PB), por exemplo, não sabiam das conseqüências da aprovação: “Realmente eu não estava atento a isso” — reconheceu Gadelha que, como Maia, faz parte da Mesa Diretora.

— Eu não sabia disso, as informações que recebemos da comissão de funcionários que apresentou os projetos não tocavam nesses aspectos. Na reunião com eles, inclusive, o senador Fragelli cobrou o máximo de austeridade nos projetos, pediu que não deixassem margens para nenhuma dúvida — contou o senador Mário Maia.

Comissão

Coordenada pelo diretor geral do senado, Lourival Zagonel, a comissão é integrada por, pelo menos, outros quatro funcionários. Marcos Vieira, Rui Janiques, Caio Torres e um funcionário da assessoria do senado de prenome Humberto. O diretor Lourival Zagonel afirmou que o trabalho é para “moralizar uma situação herdada”.

— Mas vão, dessa forma, ser efetivados mais de 800 funcionários sem a prestação de concurso? — foi perguntado a Zagonel que respondeu:

— Herdamos uma situação irregular que não vem apenas de um ano atrás, mas em alguns casos de até quatro anos, e temos que resolvê-la, não podemos deixar as coisas como estão.

O que questionam alguns funcionários graduados do próprio Senado é que se para regularizar uma situação será preciso cometer um ato “antiético e imoral”. Segundo esses funcionários, o Departamento de Obras é onde se localiza boa parte do carregamento do “trem da alegria”. Um deles é Aldo Assumpção Zagonel dos Santos, filho do diretor geral do Senado e que está lotado na Subsecretaria de Engenharia desde 3 de outubro, passando agora a funcionário efetivo.

Lista

No mesmo departamento de obras trabalha Joabson Cau, advogado, sobrinho e sócio no escritório do tio, o ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel. Torna-se, se aprovadas as resoluções 149 e 150, funcionário permanente do Senado. Joabson, que entrou no “trem da alegria” do senador Moacyr Dalla, como a maioria dos 800 funcionários, fará companhia a outra categoria: os barbeiros da casa que, muitos anos de serviço depois, têm uma situação legalizada, deixando de ser “pró-labore”. Lourival Zagonel explica:

— Entre outras coisas vamos acabar com mais de 60 e tantas classificações funcionais e salários, reduzindo a cerca de 20 e, com a efetivação das secretarias parlamentares, por exemplo, que são três por cada senador, acaba-se com a contratação a cada senador que entra e sai e com o inchaço do quadro. Agora, para se contratar só com uma resolução aprovada.

O presidente do Senado ao JORNAL DO BRASIL garantiu que deseja saber de “tudo que não for lícito”. Pediu ainda: “Apurem tudo”. Seu desejo, porém, esbarra nos próprios funcionários do Senado. Mesmo informada da disposição do senador, a diretora do Departamento de Pessoal, Maria Rondon, recusou-se a fornecer a lista de funcionários que terão sua situação legalizada:

→ Não dou. Não tenho autorização para isto.